

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Dose dupla

Novos casos de alta dosagem e alto custo de medicamentos de maconha pagos com recursos públicos vêm chamando a atenção de importadores nas últimas semanas. Empresas do setor estão incomodadas com a frequência de decisões judiciais que obrigam a Secretaria de Saúde do estado de São Paulo a comprar grandes volumes de produtos de marcas específicas para bancar o tratamento de pacientes. Segundo fabricantes, as determinações prejudicam a concorrência.

BOLSO Obrigada pela Justiça em um único processo, a secretaria informou o mercado que teria de comprar 146 seringas com canabidiol 1.700 mg da marca RSHO Blue. No site da fabricante HempMeds, cada uma custa US\$ 199, cerca de R\$ 163,9 mil no total.

ÊMBOLO Em outro processo de paciente na Justiça, a órgão informou que teria de comprar 84 seringas com canabidiol 2.400 mg da marca RSHO Gold, também da HempMeds. O custo unitário no site é de US\$ 249, ou R\$ 118 mil no total.

MARCA Procurada pela coluna, a fabricante diz que “nos processos mencionados, assim como ocorre de maneira geral em aquisição de produtos de canabidiol pela Secretaria de Saúde de SP ou qualquer outro órgão público, a compra foi realizada por processo de tomada de preços”.

GOTA Nesta quinta (1º), o Painel S.A. revelou o caso da decisão judicial que obrigou o governo a comprar de 480 frascos de canabidiol da Ease Labs, que custam R\$ 230 mil.

PILHA A Anvisa diz que, como o produto não tem registro no Brasil, não se pode estocar, comercializar ou redirecionar de um paciente a outro.

MACA Segundo a secretaria, as ações impactam o orçamento da saúde pública, privilegiando direitos individuais em detrimento de políticas no SUS. “Obrigam o estado a fornecer produtos sem registro na Anvisa, delimitação de dose de segurança, evidência de eficácia, indicação terapêutica ou controle clínico. É o caso dos produtos de canabidiol”, diz.

FATURA A taxa de inadimplência de pessoa física deve cair no próximo semestre, diz o Ibevar. Segundo a entidade do varejo, a curva deve sair de 4,78% em outubro para 4,69% em novembro e 4,66% em dezembro, puxada pela posterior redução de compras mais caras.

PISTA Na tentativa de reagir à crise da pandemia, a Abrati (associação das empresas de ônibus interestadual) diz que o setor planeja fazer promoção pesada, com descontos de 85% e trechos gratuitos.

com Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência setembro*

| Autônomo, empregador e facultativo | Valor mín. | R\$ 1.045 | 20% | R\$ 209 |
|------------------------------------|------------|--------------|-----|--------------|
| | Valor máx. | R\$ 6.101,06 | 20% | R\$ 1.220,21 |

MEI (Microempreendedor)

| Valor mín. | R\$ 1.045 | 5% | R\$ 52,25 |
|------------|-----------|----|-----------|
|------------|-----------|----|-----------|

Assalariado

| Até R\$ 1.045 | Aliquota | 7,5% |
|--------------------------------|----------|------|
| De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 | 9% | |
| De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 | 12% | |
| De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 | 14% | |

*O prazo da competência de setembro vence em 20 out. para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 out. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

AMOR ATÉ MAIS TARDE O tempo de permanência dos casais nos motéis está crescendo, e o motivo pode ser um novo comportamento dos clientes neste momento da pandemia. Felipe Martinez, sócio do Lush e presidente da Abmotéis (associação do setor), afirma que tem notado um aumento na procura por hospedagens de 12 horas até três diárias.

MUITO SONO DE MANHÃ “As pessoas cansaram de ficar em casa e estão fazendo um cálculo do risco benefício. Nessa conta, proporcionamos uma experiência privativa”, diz.

ETERNO ESPREGUIÇAR O desejo de isolamento dos casais também antecipou as reservas para o Réveillon. O empresário afirma que a busca costuma começar em novembro, mas chegou em setembro neste ano. “Existe uma preocupação de ficar em SP e fazer algo, mas sem aglomerações”, diz.

VERDE A perspectiva de prejuízo financeiro decorrente da má gestão ambiental no Brasil voltou à cabeça dos dirigentes de grandes empresas por aqui nesta terça (29) quando, no debate da eleição presidencial dos EUA, o candidato Joe Biden falou na possibilidade de retaliação econômica.

PRESERVAÇÃO A questão ambiental está no radar de algumas das maiores companhias com operação no Brasil, que vêm se organizando em movimentos para convencer o governo a cuidar melhor do problema, mas a próxima fronteira deve ser um engajamento maior de empresas médias e pequenas no tema.

FUTURO Para Mariana Nicoletti, coordenadora das iniciativas empresariais do GVces, algumas grandes empresas já têm maturidade na agenda sustentável e preveem o efeito do desmonte ambiental sobre o longo prazo dos negócios.

DOMINÓ “As pequenas e médias têm menos poder político, econômico e de negociação. Tem um movimento importante das grandes puxarem suas cadeias para criar um grupo diverso com poder de pressionar o governo. Olhar para os elos da cadeia é um passo importante”, diz.

IMPOSTO DE RENDA

| Em R\$ | Aliquota, em % | Deduzir, em R\$ |
|--------------------------|----------------|-----------------|
| Até 1.903,98 | Isento | |
| De 1.903,99 até 2.826,65 | 7,5 | 142,80 |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15 | 354,80 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 636,13 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 869,36 |

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

| | Aliquota | Mínimo em R\$ | Máximo em R\$ |
|------------|---------------|---------------|---------------|
| Empregado | De 7,5% a 14% | 97,04 | 713,09 |
| Empregador | 20% | 250,50 | 1.220,21 |

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7 out. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Ipea faz alerta sobre risco de incerteza fiscal para recuperação da economia

Instituto melhora perspectiva para o PIB, mas piora projeção para inflação; retomada depende de melhora da Covid, aponta relatório

Thais Carranço

SÃO PAULO O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) fez nesta quinta (1º) um alerta sobre a importância da redução da incerteza fiscal para a continuidade da trajetória de recuperação da economia. Do contrário, segundo o instituto, juros, déficit e dívida em alta condenariam o país ao baixo crescimento.

“O país sairá da pandemia com seu desafio de consolidação fiscal redobrado, e com a necessidade de sinalizar de forma inequívoca seu compromisso com o equilíbrio fiscal”, escrevem os economistas do Ipea, em relatório.

“Na ausência de medidas efetivas que disciplinem o crescimento dos gastos públicos —aí incluídos os gastos tributários—, a possível percepção de insustentabilidade da dívida pública poderia gerar um ciclo vicioso, no qual aumentos da taxa de juros, do déficit nominal e da dívida se reforçariam mutuamente, tornando cada vez mais difícil o ajuste das contas públicas e conduzindo a economia a um equilíbrio instável de baixo crescimento”.

Conforme levantamento do Ipea, o gasto da União nas ações de combate à Covid-19 eram estimados em R\$ 590 bilhões ao fim de setembro, acima da previsão de R\$ 250 bilhões de abril e dos R\$ 404 bilhões estimados em junho.

Do total, R\$ 322 bilhões diziam respeito apenas ao auxílio emergencial, ante previsão inicial de R\$ 124 bilhões.

Ainda conforme a equipe do Ipea, a intensidade da recuperação da atividade depende de curto prazo também da evolução da pandemia, em especial da continuidade da trajetória de redução do número de novos casos e mortes.

“O efetivo controle da disseminação da Covid-19 é particularmente importante para o setor de serviços”, afirmam. Apesar dos riscos à retoma-

da, o Ipea revisou nesta quinta-feira sua estimativa para o PIB brasileiro, de uma queda de 6% para 5%, diante dos bons resultados da produção industrial e do varejo no início do terceiro trimestre. Para 2021, a expectativa de crescimento foi mantida em 3,6%.

Em julho, a produção industrial cresceu 8% e a estimativa do instituto é de que o setor tenha registrado nova alta em agosto, de 6,1% em relação ao mês anterior. O IBGE divulgou o resultado da indústria em agosto nesta sexta (2).

Já o varejo cresceu 5,2% no conceito restrito em julho e 7,2% no ampliado, que inclui vendas de automóveis e material de construção. Para agosto, o Ipea espera altas de 5,6% e 7,5%, respectivamente.

A melhora da projeção para o PIB feita pelo Ipea acompanha uma tendência geral.

No boletim Focus, a estimativa mediana dos economistas chegou a ser de queda de 6,5% da atividade em meados de junho, mas está hoje em cerca de 5%. O Banco Central também melhorou este mês sua projeção, de -6,4% para -5%. Já a OCDE revisou sua perspectiva para o PIB do país para queda de 6,5%, de estimativa anterior de um tombo de 7,4%.

Segundo o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Júnior, o desempenho melhor do que o esperado da atividade econômica neste ano se deve basicamente à extensão do auxílio emergencial.

“Quando avaliamos nosso cenário para o crescimento do PIB em junho, o auxílio não seria prorrogado, como foi. As condições mudaram e isso impactou na atividade econômica diretamente”, diz.

Para ele, a atividade poderá continuar se recuperando, mesmo com o término do auxílio. “Continuando o cenário de melhora da pandemia e, futuramente, com a chegada da vacina, os setores começam a se recuperar mais fortemente

e isso vai substituindo a renda de transferência por uma renda gerada pelo trabalho.”

Ele prevê que a taxa de desemprego poderá até aumentar, com a volta da busca por ocupação, mas que a massa salarial deve ir se recuperando com a geração de empregos.

Na quarta (30), o IBGE informou que a taxa oficial de desemprego chegou ao nível recorde de 13,8% no trimestre encerrado em julho, com 13,1 milhões de desocupados. No mesmo dia, o Ministério da Economia informou, por outro lado, que foram geradas 249 mil vagas com carteira assinada em agosto.

Ao mesmo tempo que mostra otimismo com o desempenho da atividade, o Ipea piorou sua projeção para a inflação, de uma alta de 1,8% para 2,3%. A mudança foi influenciada principalmente por uma revisão na perspectiva para a inflação dos alimentos, de avanço de 3% no ano para 11%.

Mas os economistas do Ipea avaliam que o nível de preços não é motivo para maiores preocupações por enquanto.

“A expectativa de uma retomada apenas gradual da demanda, aliada à capacidade ociosa presente na maioria dos setores produtivos e à redução dos custos de mão de obra e aluguéis, deve continuar mantendo uma trajetória bem comportada do nível médio de preços”.

Para 2021, o instituto espera que a inflação acelere para alta de 3,3%, acompanhando a perspectiva de aumento da demanda, com a recuperação esperada da economia.

“Mesmo diante da expectativa de um comportamento mais favorável dos alimentos, haverá uma pressão maior vinda tanto dos demais preços livres quanto dos administrados [como conta de luz, combustíveis, transporte público, medicamentos e planos de saúde] compatível com um cenário de atividade econômica mais dinâmico em 2021.”

Senado aprova crédito de R\$ 20 bi a micro e pequenas empresas por maquininhas

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta quinta-feira (1º), medida provisória que libera R\$ 20 bilhões a fundo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a concessão de crédito a micro e pequenas empresas.

A medida chegou para apreciação ao Senado no último dia antes que perdesse a validade, o que causou reclamação do relator da matéria, Jorge Mello (PL-SC). Outros senadores também questionaram o prazo apertado para a apreciação do texto.

“Não estamos deliberando, estamos carimbando o recurso”, disse o senador Esperidião Amin (PP-SC).

Apesar das críticas, a proposta foi aprovada em votação simbólica e será encaminhada para promulgação.

O aporte será direcionado ao FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), administrado pelo BNDES e que faz parte do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, criado pelo Ministério da Economia em junho.

O programa foi instituído por meio da medida provisória que permitiu a liberação de

crédito por meio das maquininhas de até R\$ 50 mil com juro de até 6% ao ano. São beneficiadas empresas com receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões em 2019.

Os R\$ 20 bilhões são destinados ao fundo de garantia de operações financeiras contratadas no âmbito do programa. Desde o início da pandemia, empresas se queixam do aumento das exigências de garantias por parte dos bancos para o acesso a crédito, além da alta das taxas de juros.

Estarão elegíveis à garantia as operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2020. Haverá prazo de carência de, no mínimo, seis meses e, no máximo, 12 meses. O prazo da transação será de, no mínimo, 12 meses e de, no máximo, 60 meses.

O empréstimo será limitado ao dobro da média mensal dos rendimentos com vendas de bens ou prestações de serviços do contratante.

O valor máximo do crédito será de R\$ 50 mil, mas o relator abre possibilidade para que esse valor seja alterado por meio de regulamento em função de alterações “con-

junturais” ou da “performance do programa”.

O crédito via maquininha poderá ser concedido até o fim deste ano e terá prazo de 36 meses para pagamento, incluindo os seis meses de carência para início do pagamento. Durante esse período, haverá capitalização de juros.

Nesta quinta-feira, o Senado aprovou também a MP que regulamenta a poupança social digital. Com isso, fica ampliada a permissão para que os titulares das contas possam receber, além do auxílio emergencial pago por causa da pandemia, valores do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e benefícios previdenciários por meio da conta.

O texto será encaminhado para sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A medida permite que a conta receba pagamentos de todos os benefícios sociais pagos no país, incluindo o Bolsa Família. Os benefícios previdenciários também poderão ser pagos por meio da poupança digital social, desde que o titular solicite expressamente que isso seja feito. **Iara Lemos**

“Na ausência de medidas efetivas que disciplinem o crescimento dos gastos públicos —aí incluídos os gastos tributários—, a possível percepção de insustentabilidade da dívida pública poderia gerar um ciclo vicioso, no qual aumentos da taxa de juros, do déficit nominal e da dívida se reforçariam mutuamente, tornando cada vez mais difícil o ajuste das contas públicas e conduzindo a economia a um equilíbrio instável de baixo crescimento

Ipea em relatório

“Não estamos deliberando, estamos carimbando o recurso

Esperidião Amin (PP-SC) senador, ao comentar o fato de a MP chegar para apreciação no último dia antes de perder a validade